

DECLARAÇÃO DE VOTO

Moção de Censura 6/XII/3 (PCP)

Travar a política de exploração e empobrecimento, construir uma política patriótica e de esquerda.

Os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista votaram a favor da Moção de Censura n.º 6/XII/3ª (PCP) mas em desacordo com os fundamentos do PCP, conforme se expõe:

Nas últimas eleições europeias, a direita política sofreu a sua maior derrota de sempre. Depois de 3 anos de governação “além da *troika*” e no fim de um Programa de Ajustamento esta derrota dos partidos que o suportam corresponde a uma claríssima censura por parte dos portugueses.

Os portugueses quiseram dizer que, num país devastado por 20% de desemprego real, pela emigração em massa, pelas falências em catadupa, e pela redução profunda do nível de vida e do bem-estar das famílias, a operação de propaganda que o governo montou nos últimos meses não funcionou. A propaganda de uma “saída limpa” e de um “1640 financeiro” que não muda absolutamente nada na vida das famílias e empresas, devastadas por 3 anos de austeridade; a propaganda do “milagre económico” quando o PIB que voltou a cair no 1.º trimestre de 2014; a propaganda da “redução do défice orçamental”, que pensa poder ocultar a incompetência de um governo que, para reduzir €1 de défice, retirou €4 à economia; e a propaganda da “recuperação de rendimentos” para os próximos anos quando o governo muda de ideias todos os 15 dias.

O crescimento que regressou em 2013 só foi possível pelo facto de o Tribunal Constitucional ter impedido a execução do OE2013 na sua versão original. A redução de alguns desequilíbrios externos resultaram pelo aumento dos desequilíbrios internos, a começar pelo desemprego. Já as taxas de juro dos títulos da dívida desceram pelas tomadas de posição do BCE, e não pela redução frágil do défice orçamental.

A menos de um mês de se completarem três anos da entrada em funções deste governo, os portugueses têm perfeita consciência do estado do país: mais pobre, pela acentuada redução de rendimentos que as famílias sofreram; mais endividado, pelo aumento sem precedentes da dívida pública; mais velho, pela emigração dos jovens que o país ajudou a formar; e menos competitivo, pela deterioração do *stock* de capital humano e capital físico. Se no governo alguém pensa que, nestas condições, o país está mais preparado para enfrentar todos os desafios futuros – não apenas os financeiros, mas igualmente os económicos e os sociais –, então não percebeu nada do que se passou.

É por isso que o governo, com a sua estratégia de empobrecimento, a sua análise errada do que se passou nos últimos três anos, e o seu revanchismo histórico e institucional, deve ser censurado.

O Partido Socialista afasta-se de elementos importantes do conteúdo da moção de censura do PCP. Em primeiro lugar, do diagnóstico da história recente do país. Se, como diz a moção de censura aqui em discussão, os últimos 37 anos de “política de direita” provocaram um “retrocesso económico e social”, a lógica argumentativa e o rigor histórico obrigam a concluir que, para o PCP, o país estava bem melhor em 1977 do que está hoje.

Ora, este diagnóstico, não tem qualquer adesão à realidade histórica, ou então não teria nenhum sentido que o PCP fizesse a defesa de conquistas institucionais – como a escola pública, o serviço nacional de saúde, ou a segurança social pública – que não apenas foram concretizadas ou aprofundadas *depois* de 1977, como a sua construção se deve, em grande medida a vários governos do Partido Socialista. É verdade que o Partido Comunista nunca integrou nenhum governo ou cooperou, neste período, para a governação mas ajudou a derrubar governos do PS contribuindo para a chegada ao poder da actual maioria.

Em segundo lugar, o PS não acompanha várias das soluções propostas pelo Partido Comunista. Por um lado, o PCP enuncia objetivos de política económica sem tomar em consideração os instrumentos de que dispõe (ou não) para os concretizar, designadamente desconsiderando o facto de partilhar um espaço económico e monetário comum na União Europeia. O PCP teria que explicar como defenderia o “aumento da produção nacional” ou recuperaria empresas e setores estratégicos (leia-se nacionalizar) sem recorrer ao protecionismo ou a violando o mercado interno europeu. Por outro lado, o PCP pensa que pode continuar a defender o repúdio unilateral do pagamento da dívida pública ou a defender que um país se prepare para a saída do Euro sem medir ou avaliar as consequências de tal ato e sem dar conta disso aos portugueses.

Secundar a posição vertida nos considerandos do PCP significaria concordar com um aventureirismo próprio de quem, na verdade, não tem um projeto de governação e, por isso, de confronto das suas propostas com a realidade.

O Partido Socialista sabe que a integração na União Europeia e na área do Euro obriga a cumprir compromissos coletivos. Mas por contraposição à atitude subserviente do governo, o Partido



Socialista sabe que essa realidade não lhe traz apenas deveres, mas também direitos; sabe que um Estado-membro não é chamado apenas a cumprir compromissos, mas a moldá-los e a construí-los.

O Partido Socialista tem consciência de que o atual quadro europeu reduz a margem da autonomia política futura; e que a conjuntura europeia que se perspetiva é particularmente adversa para a recuperação de economias com elevado nível de dívida pública e privada, elevados défices de investimento público e privado, e imperiosa necessidade de reduzir o elevado nível de desemprego.

É por isso que o Partido Socialista sabe que a melhoria das perspetivas de crescimento económico no futuro passam pela renegociação das condições da inserção no espaço europeu, não apenas de Portugal, mas de outros países em circunstâncias semelhantes – razão pela qual é essencial saber construir alianças a nível europeu. Assim, o Partido Socialista defende que a sustentabilidade social, económica e financeira do país depende de uma renegociação das metas inscritas na trajetória orçamental; de uma renegociação da dívida pública aos credores oficiais; de uma mutualização progressiva de certas despesas sociais; e de uma renegociação dos pilares da arquitetura institucional e financeira da zona Euro, a começar pelo mandato do Banco Central Europeu.

A Direcção do Grupo Parlamentar do Partido Socialista

Alberto Martins

António Braga

Palácio de São Bento, 03 de junho de 2014